

# Socialização Étnico-Racial e Racismo nas Famílias Brasileiras: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Ueliton Santos Moreira-Primo\*

Orcid.org/0000-0001-7784-5341

Dalila Xavier de França

Orcid.org/0000-0002-0431-3034

*Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia,  
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil*

## Resumo

A socialização étnico-racial é o processo pelo qual os indivíduos aprendem e transmitem conhecimentos e comportamentos relacionados à raça, à etnia e ao racismo. Este trabalho visa examinar as práticas de socialização étnico-racial de famílias brasileiras, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Especificamente, verificaram-se os principais conteúdos sobre raça, etnia e racismo que os pais ensinam aos filhos e suas variações conforme a composição étnico-racial das famílias. O estudo seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), e a busca pelos trabalhos foi realizada em cinco bases de dados multidisciplinares. Ao todo, foram selecionados 22 estudos. As pesquisas encontradas foram realizadas com famílias de diferentes grupos étnico-raciais (famílias negras, brancas, inter-raciais, indígenas, ciganas e asiáticas-brasileiras), com o maior número de estudos realizados com famílias negras. Os trabalhos selecionados discutem como os pais promovem a socialização étnico-racial e os conteúdos abordados de acordo com a composição étnico-racial das famílias. No conjunto, as pesquisas evidenciam que o ambiente familiar desempenha um papel central na socialização étnico-racial de crianças e jovens. Para crianças e jovens pertencentes a grupos minoritários, a família tem se constituído como um espaço de proteção, fornecendo apoio, segurança e suporte emocional diante dos efeitos do racismo. Nas famílias brancas, contudo, observa-se um silenciamento sobre raça e racismo; ou seja, o tema é evitado ou raramente abordado, o que contribui para a persistência do racismo e a perpetuação das desigualdades raciais. Conclui-se que, embora ainda incipiente, a literatura sobre o tema oferece importantes contribuições para a compreensão das relações étnico-raciais nas famílias brasileiras, bem como para a formulação de intervenções parentais voltadas ao enfrentamento do racismo. São apresentadas, ainda, implicações sociais dos achados e sugestões para pesquisas futuras.

**Palavras-chave:** Socialização étnico-racial, racismo, família, revisão, Brasil.

\* Correspondência: Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Avenida Marechal Rondon Jardim, CEP 49.100-000, Rosa Elze, São Cristóvão, Sergipe, SE, Brasil. Tel.: (079) 3194-6784. E-mail: uelitonmoreiraprimo@gmail.com.

## **Ethnic-Racial Socialization and Racism in Brazilian Families: A Systematic Literature Review**

### **Abstract**

Ethnic-racial socialization is the process through which individuals learn and transmit information and behaviors related to race, ethnicity, and racism. This study aims to examine the ethnic-racial socialization practices of Brazilian families through a systematic literature review. Specifically, it investigates the main content related to race, ethnicity, and racism that parents convey to their children, as well as how these practices vary according to the families' ethnic-racial composition. The study followed the PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) protocol guidelines, and the literature search was conducted across five multidisciplinary databases. In total, 22 studies were selected. The investigations encompassed families from various ethnic-racial groups (Black, White, interracial, Indigenous, Romani, and Asian-Brazilian), with the largest number of studies focusing on Black families. The selected works explore how parents engage in ethnic-racial socialization and the content conveyed, depending on the families' ethnic-racial background. Overall, the findings highlight that the family environment plays a central role in the ethnic-racial socialization of children and adolescents. For children and adolescents from minority groups, the family has served as a protective space, offering support, safety, and emotional resources in response to the effects of racism. In White families, however, a pattern of silence surrounding race and racism is observed; in other words, the topic is avoided or rarely addressed, which contributes to the persistence of racism and the perpetuation of racial inequalities. It is concluded that, although still an emerging field, the literature on this topic offers valuable contributions to the understanding of ethnic-racial dynamics within Brazilian families, as well as to the development of parenting strategies aimed at confronting racism. The study also presents the social implications of the findings and offers suggestions for future research.

**Keywords:** Ethnic-racial socialization, racism, family, review, Brazil.

## **Socialización Étnico-Racial y Racismo en Familias Brasileñas: Una Revisión Sistemática de la Literatura**

### **Resumen**

La socialización étnico-racial es el proceso mediante el cual los individuos aprenden y transmiten información y comportamientos relacionados con la raza, la etnicidad y el racismo. Este trabajo tiene como objetivo examinar las prácticas de socialización étnico-racial de familias brasileñas, a través de una revisión sistemática de la literatura. Específicamente, se investigaron los principales contenidos sobre raza, etnicidad y racismo que los padres enseñan a sus hijos, así como sus variaciones según la composición étnico-racial de las familias. El estudio siguió las directrices del protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) y la búsqueda de estudios se realizó en cinco bases de datos multidisciplinarias. En total, se seleccionaron 22 estudios. Las investigaciones abarcaron familias de diferentes grupos étnico- raciales (familias negras, blancas, interraciales, indígenas, romaníes y asiático-brasileñas), siendo las familias negras el grupo más estudiado. Los trabajos seleccionados discuten cómo los padres promueven la socialización étnico-racial y los contenidos abordados, los cuales varían según la composición étnico-racial de las familias. En conjunto, las investigaciones evidencian que el entorno familiar desempeña un papel central en la socialización étnico-racial de niños, niñas y adolescentes. Para aquellos pertenecientes a grupos minoritarios, la familia se ha constituido como un espacio de protección, brindando apoyo, seguridad y

soporte emocional frente a los efectos del racismo. En las familias blancas, sin embargo, se observa un silencio en torno a la raza y el racismo; es decir, el tema es evitado o raramente abordado, lo que contribuye a la persistencia del racismo y a la perpetuación de las desigualdades raciales. Se concluye que, aunque aún incipiente, la literatura sobre el tema ofrece importantes contribuciones para la comprensión de las relaciones étnico-raciales en las familias brasileñas, así como para la formulación de intervenciones parentales orientadas al enfrentamiento del racismo. Asimismo, se presentan implicaciones sociales de los hallazgos y se proponen sugerencias para futuras investigaciones.

**Palabras clave:** Socialización étnico-racial, racismo, familia, revisión, Brasil.

O conhecimento sobre a existência de grupos étnico-raciais se inicia na infância, por meio de um processo chamado de socialização étnico-racial. Desde bebês, as crianças começam a notar diferenças nas características étnico-raciais das pessoas. Por volta dos 3 anos de idade, elas conseguem identificar a si mesmas e aos outros com base na cor da pele (França & Monteiro, 2002; Moreira-Primo & França, 2023). A família é um dos primeiros ambientes de socialização étnico-racial e o lugar onde as crianças começam a compreender as primeiras noções sobre o que significa pertencer a um grupo étnico-racial (Moreira-Primo, 2024).

A socialização étnico-racial é o processo pelo qual os indivíduos aprendem e transmitem conhecimentos e comportamentos relacionados à raça, à etnia e ao racismo em diversos ambientes sociais, como na família, na escola e nos meios de comunicação. França e Silva (2021) compreendem a socialização étnico-racial como os processos e os meios utilizados por agentes e agências de socialização a fim de produzir a conscientização sobre o pertencimento a um grupo étnico e racial, sobre o valor social dos grupos, bem como o fornecimento de estratégias proativas e protetivas diante da existência e dos impactos do racismo na sociedade.

A socialização étnico-racial é uma dimensão da socialização mais ampla. Enquanto a socialização é compreendida como um processo que permite ao indivíduo o aprendizado e a reprodução de atitudes, valores, normas, regras e crenças, a socialização étnico-racial se caracteriza como um ramo dos estudos que analisa a aquisição e a transmissão de atitudes, valores, normas, regras e crenças relacionadas à raça, à

etnia e ao racismo (França & Silva, 2021). Nesse processo, a família é considerada um ambiente crítico de socialização étnico-racial, visto que, geralmente, ela é o primeiro contexto de aprendizagem da criança, e os pais são sua principal figura de referência e modelos de comportamento.

Os primeiros estudos sobre socialização étnico-racial foram desenvolvidos nos Estados Unidos. França e Silva (2021) observam que as pesquisas tiveram início na década de 1940. Naquela época, estudos pioneiros já demonstravam os impactos do racismo na identidade de crianças negras. Um exemplo é a pesquisa conduzida pelos psicólogos sociais Mamie Clark e Kenneth Clark (1947), que realizaram o experimento das bonecas para analisar os efeitos do racismo na identidade racial e na autoestima de 253 crianças negras entre 3 e 7 anos de idade. No estudo, os pesquisadores mostravam às crianças entrevistadas duas bonecas negras e duas brancas e examinavam suas preferências e identificações com base na cor das bonecas. No que se refere às preferências, o estudo indicou que a boneca branca foi escolhida pela maioria das crianças como sendo a boneca que elas mais gostariam de brincar (67%), a que era a mais boa (59%) e a que tinha a cor mais legal (60%). Em contrapartida, a boneca negra foi a mais escolhida como a que parecia má (59%; enquanto 24% não souberam responder). Com relação à identificação racial, os resultados mostraram que mais de 30% das crianças negras se autodefiniam como brancas quando solicitadas a apontar a boneca com a qual mais se pareciam. Os resultados da pesquisa evidenciaram os efeitos deletérios do racismo no desenvolvimento e na identidade das crianças negras, cujos impactos comprometem a autoes-

tima, o bem-estar psicossocial e a identificação positiva com o seu grupo de pertencimento.

Na década de 1980, ampliaram-se os estudos nessa área e o conceito de socialização étnico-racial emergiu (Hughes et al., 2006). Nessa época, os estudos concentravam-se mais nas práticas de socialização de famílias negras e buscavam analisar como os pais promoviam o fortalecimento da identidade, da autoestima e do orgulho racial nas suas crianças, bem como preparavam seus filhos para lidar com o racismo. No início da década de 1990, os processos de socialização étnico-racial de famílias asiáticas e latinas começaram a ser investigados. Nesses contextos, os estudos examinaram a ênfase que os pais colocavam na transmissão de sua cultura e língua nativa e as consequências de tais processos para a identidade e o desenvolvimento de suas crianças e jovens (Hughes et al., 2006). Após os anos 2000, a literatura nessa área cresceu substancialmente, ampliando a investigação para outros ambientes, como escolas e universidades, e outros grupos étnico-raciais, incluindo famílias brancas (Priest et al., 2014).

No plano conceitual, o termo “socialização racial” originou-se nos estudos com famílias negras, dando destaque a temas que envolviam o conceito de “raça”, como racismo, preconceito e discriminação racial. Já o termo “socialização étnica” originou-se nos estudos com imigrantes latinos, grupos caribenhos e asiáticos, tendo se concentrado em temas que envolviam o conceito de “etnia”, como cultura, língua nativa e nacionalidade (Hughes et al., 2006). Atualmente, passou-se a adotar nos estudos o termo “socialização étnico-racial”, visto que os conceitos de raça e etnia costumam estar interligados, de modo que, tanto em grupos raciais quanto em grupos étnicos, o conteúdo da socialização pode se referir tanto à raça quanto à etnia.

Hughes et al. (2006) listaram cinco principais práticas de socialização étnico-racial presentes no contexto de famílias estadunidenses, sendo elas nomeadas como:

1. Socialização cultural (práticas que visam promover o orgulho, as tradições e a história dos grupos étnico-raciais);

2. Preparação para o preconceito (práticas que buscam conscientizar sobre a existência do racismo e de como lidar com o preconceito e a discriminação);
3. Promoção da desconfiança (práticas que emitem avisos de cautela, cuidado e advertência sobre outros grupos étnico-raciais);
4. Igualitarismo (práticas que buscam enfatizar a necessidade de tratar todas as pessoas como iguais); e
5. Silêncio (evitar ou não falar sobre raça, etnia e racismo).

Moreira-Primo e França (2024) observaram que, dentre as práticas de socialização étnico-racial, famílias negras transmitem mais a socialização cultural e a preparação para o preconceito, com o propósito de fortalecer a identidade racial de crianças e jovens negros, bem como prepará-los para lidar com o racismo. Em contraste, famílias brancas costumam transmitir mais mensagens igualitárias ou optam por não falar sobre questões raciais com seus filhos, ignorando que o racismo é uma realidade e não se sentindo responsáveis por isso.

O racismo é um tema unificador das pesquisas sobre socialização étnico-racial, visto que abordar questões raciais com os filhos é considerado imprescindível para muitos pais de crianças e jovens negros (Moreira-Primo & França, 2024). Em termos conceituais, o racismo pode ser definido como uma ideologia que associa características fenotípicas (como cor da pele e textura do cabelo) a atributos intelectuais, morais, culturais e estéticos (Munanga, 1999). O racismo produz hierarquização e distribuição desigual de poder entre os grupos étnico-raciais, estabelecendo privilégios e vantagens para o grupo de pessoas brancas e promovendo preconceito e discriminação contra negros, indígenas e ciganos, por exemplo (Lima, 2020).

O racismo envolve preconceito e discriminação, mas vai além desses fenômenos, pois também tem um caráter estrutural e está relacionado com a crença de superioridade racial, com a distribuição desigual de poder e com o histórico de violência racial produzido pelos siste-

mas de colonização, escravização e segregação racial (Lima, 2020). Todavia, o preconceito e a discriminação operam para fortalecer o racismo. O preconceito pode ser entendido como uma atitude hostil ou negativa dirigida a uma pessoa, simplesmente porque ela pertence a um grupo considerado indesejável. O preconceito racial se apresenta cotidianamente nos afetos e nos estereótipos, quando, por exemplo, associam-se pessoas negras à feiura, à delinquência ou à baixa inteligência; ou ainda, quando religiões de matriz africana são representadas como algo diabólico ou demoníaco, produzindo, muitas vezes, ondas de violência e discriminação. Por sua vez, a discriminação se manifesta no campo das ações, por meio de comportamentos negativos que resultam em depreciação, hostilidade, violência verbal e física e na negação dos direitos humanos e sociais de pessoas negras, indígenas e ciganas (Allport, 1954).

No Brasil, o racismo é alimentado por ideologias que visam a sua manutenção e naturalização, tais como o branqueamento, a mestiçagem e o mito da democracia racial. O branqueamento é considerado uma das principais modalidades do racismo à brasileira (Domingues, 2002). É uma ideologia racista de valorização social da branquidão da pele, difundida no país com o intuito de clarear a população. Essa ideologia recebeu apoio do Estado brasileiro que, no final do século XIX, financiou a imigração europeia com o objetivo de promover higienização racial da população negra brasileira (Domingues, 2002). O projeto de branqueamento buscou tornar a população mais clara e mestiça, com o objetivo de apagar as identidades e as características físicas e culturais dos negros (Bento, 2002; Munanga, 1999).

Aliada ao branqueamento, a mestiçagem foi um processo histórico concebido como um caminho para fornecer ao país uma imagem racial de um povo mestiço, oriundo do cruzamento e da junção biológica e cultural entre três raças (branca, negra e indígena). Enquanto ideologia, a mestiçagem atuou para diluir a diversidade racial e cultural e o desaparecimento dos elemen-

tos (biológicos e culturais) dos grupos de pessoas negras e indígenas. Conforme Munanga (1999), desse processo surgiu o mito da democracia racial, ou seja, a crença de que “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira e sem preconceito”.

O mito da democracia racial é a ideologia que promove a crença de que os grupos étnico-raciais vivem em estado de harmonia e de igualdade de direitos no Brasil, negando o racismo e a desigualdade existente no país. Apesar de desmentida e referida como mito por pesquisadores como Fernandes (1966), essa ideologia fez com que muitos brasileiros acreditassem que a miscigenação mitigou os efeitos da escravização e superou o racismo existente no país. Nesse sentido, o mito da democracia racial contribuiu para o silenciamento das discussões sobre raça e racismo no Brasil, sobretudo por parte das pessoas brancas, pois são elas as que se beneficiam de forma direta ou indireta com a persistência do racismo no país (Bento, 2002).

Essas e outras particularidades das relações étnico-raciais do Brasil podem ter implicações únicas na maneira como raça, etnia e racismo atravessam o contexto das famílias brasileiras e de como esses temas são abordados pelos pais de diferentes grupos étnico-raciais. Buscar compreender como a socialização étnico-racial ocorre no contexto das famílias brasileiras pode ser um bom indicador dos conteúdos sobre raça, etnia e racismo que as crianças recebem e aprendem. Essas informações podem ser úteis para auxiliar no controle da propagação do racismo na sociedade, inclusive em seus efeitos nas próprias crianças. Nesse sentido, construir um caminho mais positivo para as novas e futuras gerações envolve conhecer os conteúdos sobre raça e etnia que as crianças e os jovens recebem no presente, pois determinados conteúdos podem reforçar, nutrir e perpetuar o racismo, enquanto outros podem possibilitar que as crianças resistam, enfrentem e desconstruam as desigualdades.

Uma forma de compreender a socialização étnico-racial nas famílias brasileiras é por meio

da integração de evidências publicadas na literatura nacional. Nesse sentido, a realização de uma revisão sistemática permite identificar o estado da arte e reunir as principais evidências disponíveis sobre o tema no Brasil, configurando-se como uma fonte relevante de consulta para pesquisadores e interessados. Avançando nesse escopo, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as práticas de socialização étnico-racial nas famílias brasileiras, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Mais especificamente, busca-se investigar como as famílias brasileiras promovem a socialização étnico-racial e de que forma os pais abordam o tema do racismo com seus filhos. Além disso, busca-se examinar em que medida as práticas de socialização étnico-racial variam conforme as diferentes composições étnico-raciais das famílias. Pretende-se, ainda, realizar uma caracterização geral dos estudos nacionais, destacando suas principais contribuições, os métodos empregados, as lacunas identificadas e, a partir disso, fornecer subsídios para pesquisas futuras.

## Método

### *Tipo de Revisão*

O tipo de revisão de literatura adotada neste trabalho é a sistemática, entendida como um estudo conduzido por meio de métodos estruturados, que permitem identificar, sintetizar e avaliar todas as investigações relevantes sobre um tema ou uma pergunta específica (Camilo & Garrido, 2019). Este tipo de revisão possibilita maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada, assim como evita que a busca seja enviesada pelos pesquisadores (Costa & Zoltowski, 2014).

A pesquisa foi realizada seguindo as orientações do método PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – 2020). O protocolo PRISMA visa auxiliar na organização, no relato e na transparência de todos os procedimentos adotados,

como o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, a busca e seleção nos bancos de dados, bem como a análise e discussão dos dados encontrados (Page et al., 2021).

### *Bases Consultadas e Estratégias de Busca*

Na escolha das fontes de dados consultadas para esta revisão, foram considerados fatores como: base de dados nacional, base de dados de acesso gratuito, base de dados multidisciplinar, bases de dados em Psicologia, base de dados que reúne teses e dissertações brasileiras, base de dados que possibilita a pesquisa de materiais variados, como artigos, livros e capítulos de livros, seguindo as recomendações de Costa e Zoltowski (2014).

A busca pelos estudos foi realizada em cinco fontes de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico. Os termos de busca com operadores booleanos foram: “socialização racial OR socialização étnica OR socialização étnico-racial”, buscando-se estudos realizados no contexto da família. Optou-se por não delimitar o ano de publicação, o país ou o idioma dos trabalhos, com o objetivo de compreender quando os estudos nessa área começaram a ser publicados no país, bem como identificar pesquisas realizadas no Brasil, mas publicadas em outros países ou idiomas. As estratégias de busca foram adaptadas às especificidades de cada fonte de dados.

Para armazenar os estudos, elaborou-se uma planilha no *Microsoft Excel*, identificando as bases pesquisadas e todos os estudos encontrados na primeira seleção. O trabalho de busca e extração dos materiais foi realizado em agosto de 2021, conjuntamente com três juízes independentes, buscando-se o consenso, a fim de reduzir vieses na seleção dos materiais. Ao longo do processo, os juízes apresentaram consenso nas etapas de busca e seleção dos estudos.

### *Crítérios de Elegibilidade*

Para inclusão dos estudos elegíveis, dois critérios foram adotados:

- Ser estudo empírico, realizado com pais ou filhos brasileiros e ter como tema principal o envolvimento das famílias nas práticas de socialização étnico-racial e
- Ser trabalho em formato de livro, capítulo de livro, dissertação, tese ou artigo.

Apenas um critério de exclusão foi adotado:

- Trabalhos que não tinham o texto completo disponível na internet.

Para checagem da elegibilidade, foram analisados título, resumo, palavras-chave e acessibilidade dos estudos.

### *Estratégia Complementar*

Em razão da limitação ocasionada pelos termos de busca (por exemplo: possivelmente, nem todos os estudos sobre as relações étnico-raciais no contexto da família utilizam os termos “socialização étnica” ou “socialização racial”), especialistas em revisões sistemáticas sugerem a utilização de estratégias complementares para ampliar o alcance dos estudos e tornar a revisão mais abrangente (e.g., Camilo & Garrido, 2019; Costa & Zoltowski, 2014). Nesta revisão,

adotou-se uma estratégia complementar para incluir estudos potencialmente elegíveis que não haviam sido identificados nas buscas realizadas nas bases de dados. Essa estratégia consistiu na consulta às listas de referências dos trabalhos incluídos.

### **Resultados e Discussões**

A busca inicial nas bases de dados gerou um total de 161 trabalhos (Google Acadêmico= 87; BDTD= 66; SciELO= 6; Portal de Periódicos da CAPES= 2; PePSIC= 0). Inicialmente, foram excluídos 13 estudos duplicados. Dos 148 trabalhos restantes, 131 não atenderam aos critérios de inclusão e 1 atendeu ao critério de exclusão, ou seja, o texto completo estava indisponível. Restaram, portanto, 16, os quais foram incluídos na análise principal deste estudo. No que diz respeito à estratégia complementar, a busca nas listas de referência teve como resultado a inclusão de 6 novos trabalhos. Assim, o banco final incluído na análise deste estudo foi constituído por 22 trabalhos. O processo de busca inicial e banco final é ilustrado no fluxograma disponível na Figura 1, seguindo as orientações do PRISMA. Já os estudos incluídos e as suas características metodológicas podem ser vistos na Tabela 1.

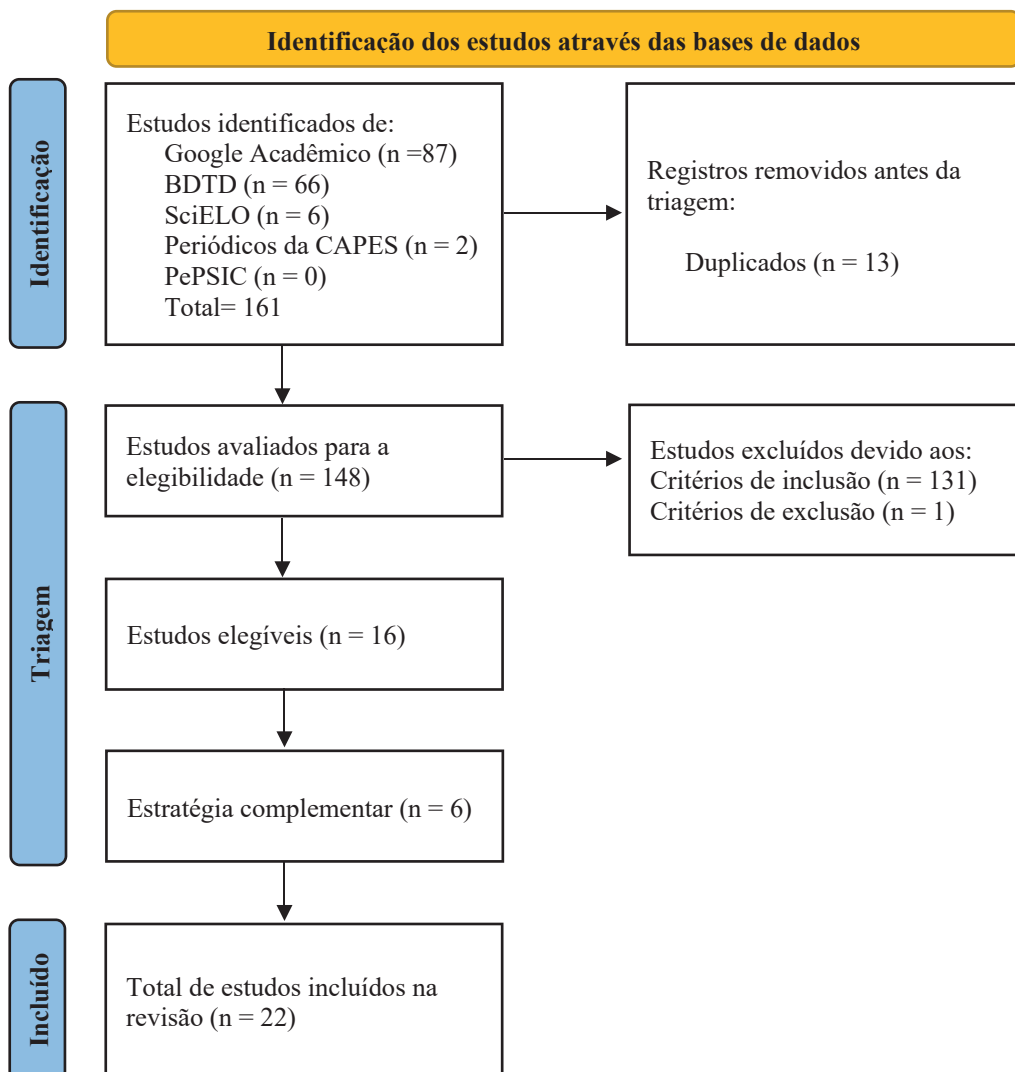
**Figura 1***Fluxograma de Seleção dos Estudos*

**Tabela 1**

*Características Metodológicas e Principais Contribuições dos Estudos*

| <b>Estudos</b>              | <b>Idade dos filhos</b> | <b>Raça/ Etnia</b>           | <b>Tamanho da Amostra</b> | <b>Participantes</b>                                | <b>Método de Avaliação</b>                           | <b>Principais Contribuições</b>                                                                                                                               |
|-----------------------------|-------------------------|------------------------------|---------------------------|-----------------------------------------------------|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Barbosa (1987)              | X                       | Negros                       | X                         | Famílias                                            | Entrevista                                           | - Discute sobre o papel da socialização na família e a identidade de crianças negras.                                                                         |
| Cunha (1987)                | X                       | Negros                       | X                         | Pais                                                | Entrevista                                           | - Verifica a reação de pais negros frente à discriminação racial vivenciada pelos filhos.                                                                     |
| Cavalleiro (1988)           | 4-6 anos                | Negros e brancos             | 29                        | Crianças (n=9), seus Pais (n=9) e Educadores (n=11) | Entrevista semiestruturada e observação do campo     | - Constata a prevalência do silêncio sobre raça e etnia nas práticas educativas de professores e pais e afirma que o silêncio naturaliza práticas de racismo. |
| Lask (2000)                 | X                       | Asiáticos (Nipo-brasileiros) | X                         | Crianças e seus pais                                | Etnografia                                           | - Descreve um conjunto de estratégias dos pais para a preservação da identidade e língua brasileira dos filhos nipo-brasileiros que vivem no Japão.           |
| Amaral (2001)               | X                       | Negros e Inter-raciais       | 18                        | Famílias                                            | Entrevista                                           | - Verifica as estratégias dos pais para prepararem seus filhos para a discriminação racial e para valorizar a negritude dos filhos.                           |
| Brito (2003, 2013a e 2013b) | 9-25 anos               | Inter-raciais                | 7                         | Filhos (n=3) e seus pais (n=4)                      | Entrevista semiestruturada                           | - Estuda a socialização em famílias inter-raciais e como a identidade de filhos “mestiços” é construída nesses contextos.                                     |
| Gomes (2008)                | X                       | Negros e Brancos             | 16                        | Famílias                                            | Observação participante e entrevista semiestruturada | - Observa que, enquanto famílias negras percebem e reagem mais a ações discriminatórias no espaço escolar, famílias brancas buscam negar essas ações.         |

|                          |                 |           |                         |                                                |                                                   |                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------|-----------------|-----------|-------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ferreira (2010)          | Intergeracional | Indígenas | Uma comunidade Indígena | Crianças e suas famílias                       | Pesquisa de campo, etnografia e registros visuais | - Descreve características da socialização de crianças indígenas, como a aprendizagem de elementos culturais, costumes e tradições do grupo.                                                    |
| Martins & Geraldo (2013) | 20-33 anos      | Negros    | 7                       | Jovens                                         | Entrevista semiestruturada                        | - Analisa a influência da família na trajetória de escolarização de jovens negros, assim como no enfrentamento da discriminação racial.                                                         |
| Prestes (2013)           | Intergeracional | Negros    | 4                       | Uma família: matriarca, filha, neta e bisneta. | Entrevista semiestruturada                        | - Descreve e analisa as influências do apoio, da resistência e da herança cultural no processo de resiliência entre mulheres negras de diferentes gerações de uma mesma família.                |
| Martins & Candido (2016) | 5-15 anos       | Negros    | 12                      | Famílias                                       | Entrevista semiestruturada                        | - Analisa como ocorrem as práticas educativas de famílias negras e descreve algumas estratégias utilizadas por pais para falar com seus filhos sobre diferenças étnico-raciais.                 |
| Parmeggiani (2016)       | 7-16 anos       | Negros    | 10                      | Pais                                           | Entrevista semiestruturada                        | - Examina a influência dos pais na construção da identidade racial dos filhos e o acompanhamento dos pais aos trabalhos escolares, desenvolvidos no contexto da implementação da Lei 10.639/03. |
| Brasil (2018)            | 5-14 anos       | Negros    | 17                      | Crianças e suas famílias                       | Etnografia, entrevista semiestruturada            | - Analisa os processos de socialização de crianças negras e suas famílias, destacando-se as formas de enfrentamento às situações de discriminação e a construção das suas identidades.          |
| Hordge-Freeman (2018)    | Intergeracional | Negros    | 10                      | Famílias (10 principais e 5 estendidas)        | Etnografia e entrevista semiestruturada           | - Descreve como, na socialização racial, podem ser reproduzidas hierarquias dominantes, bem como podem ser construídas práticas antirracistas.                                                  |

|                            |                 |                          |     |                                      |                                                        |                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------|-----------------|--------------------------|-----|--------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Schucman (2018)            | 13-40 anos      | Inter-racial             | 5   | Famílias                             | Entrevista semiestruturada                             | - Observa que raça e racismo são componentes que atravessam, modulam e constroem os vínculos afetivos no seio de famílias inter-raciais.                                                                    |
| Cardoso (2018)             | Intergeracional | Ciganos                  | 19  | Crianças e suas famílias             | Etnografia e entrevista semiestruturada                | - Descreve como a identidade cigana, construída no contexto de socialização étnica, se materializa em função das hierarquias geracionais e se mantém com forte conotação de valor e carga afetiva positiva. |
| Cardoso & Bonomo (2019)    | 4-12 anos       | Ciganos                  | 7   | Crianças                             | Etnografia, entrevista individual, desenhos infantis   | - Analisa como a socialização étnica, por meio da transmissão da cultura e do senso de pertença, impacta a identidade de crianças ciganas.                                                                  |
| França et al. (2019)       | 5-13 anos       | Branços, pardos e pretos | 240 | Crianças (n=120) e suas Mães (n=120) | Entrevista com aplicação de questionários estruturados | - Analisa como a identidade de crianças negras é influenciada pela socialização étnico-racial e observa que o nível de escolaridade das mães impacta na promoção da socialização étnico-racial.             |
| Lemos (2020)               | 3-17 anos       | Negros                   | 112 | Pais                                 | Aplicação de questionário online                       | - Analisa a influência das práticas de socialização racial de pais adotivos no interesse e na identificação étnico-racial de crianças negras adotadas.                                                      |
| Martins & Magalhães (2021) | 1 e 4 anos      | Negros                   | 1   | Mãe                                  | Mapa Corporal Narrado                                  | - Verifica que ler livros com representatividade negra é uma estratégia parental utilizada para construir a identidade positiva dos filhos pequenos.                                                        |

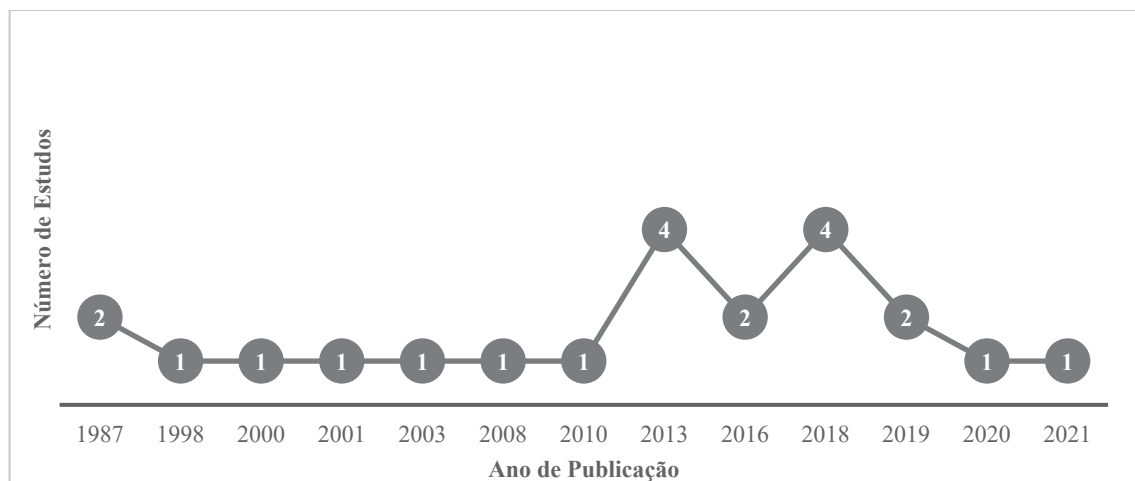
### Caracterização Geral dos Estudos

A publicação de estudos empíricos com foco na socialização étnico-racial de famílias brasileiras teve início na década de 1980, dentro dos critérios de inclusão e bancos de busca desta revisão. Foram encontrados dois estudos publicados no ano de 1987. São eles: Barbosa (1987); Cunha (1987). O artigo de Barbosa (1987) é parte da pesquisa de dissertação de mestrado da autora, concluída em 1983. Todavia, não tivemos acesso ao material de 1983 na íntegra; portanto, apenas o artigo de 1987 foi analisado. É possível que existam estudos anteriores a esse período, pois antes da popularização da internet,

não havia muitos trabalhos publicados *online*, bem como não era uma prática comum publicações digitais de trabalhos de dissertações e teses. Ao longo dos anos, nota-se que essa área de estudos está se desenvolvendo no Brasil e, apesar do número pequeno de publicação, verifica-se um aumento gradativo dos estudos a partir de 2013, como é possível observar na Figura 2. Na última década, entre 2011 a 2021, o número de estudos representou pouco mais de 60% (14 trabalhos) das publicações. Isso pode indicar que os estudos em socialização étnico-racial familiar, no Brasil, estão em fase de crescimento e passando a compor o cenário de preocupações acadêmicas.

**Figura 2**

*Número de Estudos Publicados por Ano*



Os estudos foram publicados em diferentes áreas de concentração: 8 na Psicologia, com destaque para a Psicologia Social (a saber, Cardoso, 2018; Cardoso & Bonomo, 2019; França et al., 2019; Lemos, 2020; Prestes, 2013; Schucman, 2018; sendo dois em interface com a educação: Martins & Candido, 2016; Martins & Geraldo, 2013); seis na Educação (Brito, 2003, 2013a, 2013b; Cavalleiro, 1988; Cunha, 1987; Gomes, 2008); quatro na Antropologia (Amaral, 2001; Barbosa, 1987; Ferreira, 2010; Lask, 2000); dois na Sociologia (Hordge-Freeman, 2018; Parmeggiani, 2016); um na Saúde Coletiva (Brasil, 2018); e, por fim, um na Terapia Ocupacional (Martins & Magalhães, 2021). Nota-se que diferentes áreas

do conhecimento têm se interessado pelo tema. As áreas foram verificadas no próprio arquivo do estudo. Quando essa informação não estava presente, ela foi verificada por meio do programa em que o estudo foi desenvolvido ou por meio do currículo do autor/autora do estudo.

No que se refere ao formato de publicação dos materiais, a maior parte deles é artigo ( $N=11$ : Amaral, 2001; Barbosa, 1987; Brito, 2013a, 2013b; Cardoso & Bonomo, 2019; Cunha, 1987; Gomes, 2008; Lask, 2000; Martins & Candido, 2016; Martins & Geraldo, 2013; Martins & Magalhães, 2021), seguida de dissertações ( $N=7$ : Brito, 2003; Cardoso, 2018, Cavalleiro, 1988; Ferreira, 2010; Lemos, 2020; Parmeggiani, 2016; Prestes, 2013), e, em menor número, livros ( $N=$

2: Hordge-Freeman, 2018; Schucman, 2018), capítulos de livros ( $N= 1$ : França et al., 2019) e teses ( $N= 1$ : Brasil, 2018).

A maioria dos estudos é da região do Sudeste do país ( $N= 14$ ), com predominância no estado de São Paulo ( $N= 11$ ). Em menor número estão as regiões Nordeste ( $N= 4$ ), Centro-Oeste ( $N= 1$ ) e Sul ( $N= 1$ ). Um estudo foi realizado fora do país (com participantes nipo-brasileiros) e um em mais de uma região do país. Verifica-se, portanto, uma concentração da produção dos estudos na Região Sudeste, indicando uma disparidade regional na produção de pesquisas nessa área. Outros estudos também identificaram disparidades entre as regiões na produção científica brasileira (e.g., Sidone et al., 2016) e chamam a atenção para a importância de uma maior heterogeneidade espacial na produção científica.

Com relação ao desenho metodológico, a maioria dos estudos é de caráter qualitativo ( $N= 20$ ), apenas dois são quantitativos (a saber, França et al., 2019; Lemos, 2020). Somente esses mesmos dois estudos têm uma amostra com um número de participantes acima de 100. Os demais variam em termos de quantidade de participantes, mas a maior parte deles se concentra em amostras abaixo de 20 participantes. Quanto ao método de coleta de dados, a maioria optou por entrevistas ( $N= 16$ ), com formato mais semiestruturado. Outros valeram-se de pesquisas de campo e etnografias. No conjunto, verifica-se que o perfil dos estudos é mais qualitativo, com um número amostral pequeno e que se vale mais de entrevistas semiestruturadas como técnica de coleta dos dados.

Quanto à idade dos participantes (filhos), cinco estudos omitiram essa informação ou não apresentaram o dado de forma clara, mencionando apenas que foram crianças em idade escolar. A omissão desse dado pode comprometer a compreensão dos dados analisados, já que a idade dos filhos é um fator relevante para entender de que maneira os pais abordam o racismo. A maioria dos estudos ( $N= 17$ ), no entanto, apresentou informações claras sobre a idade dos filhos. Entre esses, observa-se que o público mais

pesquisado foi o de crianças ( $N= 8$ ), seguido por adolescentes ( $N= 7$ ) e por jovens e adultos ( $N= 3$ ). Além disso, quatro estudos avaliaram grupos de pessoas de diferentes gerações de uma mesma família ou comunidade (ver Tabela 1).

No que se refere ao grupo étnico-racial dos participantes, há uma predominância de estudos realizados com grupos minoritários, em particular com o grupo dos negros. Dos 22 estudos, 18 incluíram pessoas negras em suas amostras, sendo que em quatro desses há um maior foco em famílias inter-raciais (foram eles: Brito, 2003, 2013a, 2013b; Schucman, 2018). Apenas dois estudos foram realizados com famílias ciganas (a saber, Cardoso, 2018; Cardoso & Bonomo, 2019), um com famílias indígenas (Ferreira, 2010) e um com famílias nipo-brasileiras (Lask, 2000). Estudos que incluem amostras de filhos brancos (grupo majoritário) aparecem em número bastante menor, apenas três estudos contaram com filhos brancos participantes (a saber, Cavalleiro, 1988; França et al., 2019; Gomes, 2008).

Quanto ao uso do termo “socialização racial”, “socialização étnica” ou “socialização étnico-racial”, observa-se que, apesar de os estudos discorrerem sobre esses processos, nem todos eles utilizam esses termos. Em geral, os estudos utilizam o conceito de socialização no sentido mais amplo. Dos que mencionam algum desses termos ou apresentam uma definição, destacam-se os trabalhos de Brasil (2018), Cardoso (2018), Cardoso e Bonomo (2019), França et al. (2019), Hordge-Freeman (2018) e Lemos (2020). Esses trabalhos foram publicados em períodos mais recentes, entre 2018 e 2020, o que pode indicar que o conceito de socialização étnico-racial vem sendo, cada vez mais, introduzido nas pesquisas brasileiras.

### ***Principais Práticas Parentais de Socialização Étnico-Racial***

Com o objetivo de examinar as práticas de socialização étnico-racial das famílias, foi realizado um agrupamento dos estudos conforme a composição étnico-racial das famílias pesqui-

sadas. A seguir são apresentadas as práticas de socialização étnico-racial das famílias negras, brancas, inter-raciais, ciganas, indígenas e asiáticas-brasileiras.

### *Estudos com Famílias Negras*

As famílias negras foram as mais estudadas pelos pesquisadores e os primeiros estudos publicados foram realizados nesse núcleo familiar, na década de 1980. Iniciamos por Barbosa (1987), que realizou entrevistas com famílias negras de classe média da cidade de Campinas, em São Paulo, com o objetivo de examinar como, nessas famílias, os pais ajudavam seus filhos a enfrentar situações de preconceitos e a construir suas identidades raciais. A autora observou que, de modo geral, os pais entrevistados não buscavam auxiliar a formação da identidade dos seus filhos nem os orientavam a lidar com o preconceito. Apenas naqueles momentos em que uma situação específica de discriminação ocorria havia essa orientação. Um exemplo é citado pela autora: quando uma mãe, ao saber que a sua filha havia sido discriminada na escola, reagiu dizendo à filha que *“não havia nada demais em ser negra ou branca, que as pessoas não valem pela cor, mas pelo que fazem ou pelo que são”*. Outra medida tomada por essa mãe foi ir até a escola repudiar a situação e cobrar que novos episódios não acontecessem. Após esse episódio, a mãe passou a conversar com a filha sobre questões raciais, pois acreditava que assim ela saberia lidar melhor em outras situações de discriminação que ela viria a passar. No estudo dessa autora, os pais entrevistados não se lembravam de terem recebido preparo para lidar com essas situações. Esse fato, segundo ela, fazia com que os pais reproduzissem para a geração seguinte uma socialização igualmente carente dessas informações.

Cunha (1987) entrevistou pais de crianças negras da cidade de São Carlos, em São Paulo, com o objetivo de conhecer as percepções deles sobre ocorrências de discriminação racial na escola e sobre as vias de solução adotadas na orientação dos seus filhos. O autor observou que

os relatos de discriminação racial feitos pelas crianças aos seus pais geravam neles situações de indecisão. Alguns pais ouviam e ficavam sem reação, enquanto outros não acreditavam no relato da criança. Alguns pais referiam que *“não existe racismo no Brasil”*, enquanto outros consideravam que esse fato não tinha importância. Alguns instruíam as crianças sobre o que fazer nessas situações, mas ficavam inseguros do quanto elas poderiam sair machucadas da situação. Havia também pais que iam até a escola cobrar por uma resposta, mas com pouco otimismo de mudança e com medo de uma maior perseguição. O autor argumenta que as indecisões dos pais, muitas vezes, surgem do medo e da falta de preparo sobre o que fazer ou dizer aos filhos nesses momentos. Ele afirma que, em ocasiões como essas, é importante que pais de crianças negras busquem acolher e transmitir segurança aos filhos, pois, ao serem apoiados em suas casas, eles podem ter mais confiança e facilidade para lidar melhor com situações de discriminação, além de se sentirem mais seguros e protegidos.

Amaral (2001) entrevistou 18 famílias negras residentes na cidade de São Paulo, com o objetivo de entender como os pais educam as crianças negras levando em conta o seu pertencimento racial, por exemplo: se eles preparam seus filhos para a discriminação racial, se há uma valorização da negritude, se os pais consideram a pertença racial da criança ao escolher livros, filmes, brinquedos, escolas, teatro, passeios etc., com o objetivo de criar seus filhos para construir uma identidade e autoestima forte e positiva. A autora observou que o mito da democracia racial contribui para que os pais não abordem o tema do racismo com seus filhos. Alguns pais diziam acreditar que *“Ninguém tem coragem de discriminar uma criança. Criança é tudo igual”*; outros reproduziam o que aprenderam na sua socialização: *“Nunca se falou sobre isto na minha casa. Nunca. Também não falo com meus filhos”*; enquanto outros sugeriam aos seus filhos a ignorar as situações: *“Eu digo para ignorar. Ficar arrumando briga só piora as coisas e a gente já tem tanto problema, né?”*. Segundo a autora, a maioria dos pais opta por não falar sobre

questões raciais, pois, mesmo admitindo a existência do racismo, eles consideram que a casa deve ser um lugar de paz para os filhos: “*Eles já sofrem demais lá fora. Quando chegam em casa eles têm que esquecer disso, ter um lugar de paz. Não falamos disso não*”, “É muito duro... acho que em casa elas têm que esquecer isso”. Para esses pais, falar sobre racismo com suas crianças é bastante difícil e sensível, e o lar passa a ser visto como um espaço em que esses assuntos não precisam ser dialogados ou elaborados.

Mas nem sempre os pais recorrem a estratégias totalmente verbais ou explícitas para falar sobre racismo ou evitar que seus filhos sejam vítimas de preconceito e discriminação. No estudo de Amaral (2001), há menção de que uma das maiores preocupações dos pais era a de que seus filhos se apresentassem bem publicamente. Por exemplo, os pais se preocupavam com a boa aparência dos filhos, cuidavam dos cabelos deles, buscavam que estivessem sempre limpos, bem vestidos e que fossem educados. Essas orientações não eram feitas apenas por ser uma necessidade de todas as crianças, elas eram feitas também porque os pais sabiam que seus filhos eram negros e buscavam que eles fossem aceitos na sociedade por meio de uma boa aparência, para protegê-los da discriminação direta.

Amaral (2001) observou ainda que algumas famílias negras faziam uso de estratégias para promover o orgulho racial e a identidade positiva das crianças negras, como ler livros e assistir a filmes com personagens negros, ir a exposições de artistas negros e conhecer figuras negras importantes na história do grupo, como ilustrado no relato a seguir:

*Tem muitos negros importantes não só no Brasil como fora dele. E negras também. Eu tento mostrar isso pros meus filhos, sim, para eles verem que não existe impedimento disso. Podemos fazer qualquer coisa, ocupar qualquer posto, desde que tenhamos competência para isso. . . . mostro negros em posição de importância. Falo: “olha que negro lindo”, “que negra inteligente”, . . . ensino eles a terem orgulho da raça.*

A autora observou que estratégias como essas se faziam presentes em poucos lares dos pais entrevistados, ocorriam mais na criação das crianças cujos pais eram mais escolarizados, militantes e jovens. Para ela, a falta de conhecimento e de valorização da contribuição negra para a formação da sociedade e da cultura brasileira impedia que mais pais fornecessem informações positivas sobre o negro aos seus filhos.

Brasil (2018) analisou os processos de socialização racial de 14 crianças negras, com idades entre 5 e 14 anos, e suas famílias, na cidade de Salvador na Bahia. A autora examinou como os familiares buscam construir a identidade das crianças e protegê-las das experiências de discriminação. Entre as famílias entrevistadas, há um movimento de construção da identidade das crianças negras em termos de valorização da cor da pele e do cabelo crespo. Entre as estratégias de valorização, destaca-se o ensinamento de aspectos positivos da cultura negra e de suas raízes nas culturas africanas. A autora observa que entre aqueles pais com maior nível político-educacional (isto é, mais engajados na militância e com maior escolaridade), havia uma maior busca por um processo de consciência racial, afirmação das identidades e proteção das crianças. Outro aspecto observado é que as crianças também recebem informações de outras figuras familiares, com destaque para os avôs. A autora descreve a experiência de uma criança negra com sua avó, também negra, que se utilizava de um discurso sobre a importância do estudo para que os negros pudessem “vencer na vida”. Discurso que aparece também nas falas dos pais, que buscam que seus filhos adquiram ascensão social e poder aquisitivo por meio dos estudos, sem necessariamente tematizar o problema do racismo.

Martins e Geraldo (2013) entrevistaram sete universitários negros, com idades entre 20 e 33 anos, residentes na cidade de São Paulo, com o objetivo de compreender a influência de suas famílias em suas trajetórias de escolarização e enfrentamento do racismo. Ao destacarem aspectos da sua socialização na infância, os jovens referiram a presença do silêncio por parte de

suas famílias sobre assuntos que envolviam raça e discriminação. Tal fato foi mudando à medida que esses jovens ingressaram na universidade e eles passaram a levar esses assuntos para seus pais e familiares. Para outros jovens, os pais buscavam enfatizar a importância dos estudos para amenizar os impactos do racismo sobre eles, por exemplo:

*O meu pai sempre cobrou muito, tanto de mim quanto dos meus irmãos. Pelo fato de ser negro você tem que sobressair, você tem que dar o seu melhor para se destacar, senão você vai estar sempre abaixo dos outros e você precisa estar junto.*

Além disso, as autoras observaram que as famílias exerceram influência significativa na entrada desses jovens no ensino superior, por meio do incentivo dos pais, dos avôs, irmãos e de outros familiares. Segundo elas, para muitas dessas famílias, quando um dos seus filhos ingressava em uma universidade, concretizava-se a realização de um sonho antigo, limitado pelo racismo, que impossibilita muitos jovens negros de realizá-lo. Como conclusão, as autoras afirmam que o suporte oferecido pelas famílias foi de fundamental importância para que os jovens negros pudessem enfrentar as barreiras impostas pelo racismo e construir uma trajetória positiva na escola e na universidade.

Por outro lado, o racismo também pode se manifestar no interior de famílias negras, impactando as relações e os laços afetivos entre seus membros. Para entender esse processo, Hordge-Freeman (2018) realizou uma pesquisa com famílias negras (dez principais e cinco estendidas) residentes na cidade de Salvador, na Bahia. A autora analisou a dimensão emocional e afetiva das relações raciais nessas famílias, buscando compreender de que maneira os laços afetivos, como o amor e o carinho, são distribuídos de forma desigual de acordo com as características raciais dos indivíduos. A pesquisa revelou que crianças e adultos percebidos como “mais negros” (ou seja, com a cor da pele mais escura e traços negroides marcantes), frequentemente recebem menos afeto, carinho e reconhecimento

to, enquanto aqueles com traços mais associados aos brancos tendem a receber mais atenção e cuidado. A autora concluiu que a distribuição de afeto nesses lares também pode ser influenciada pelo racismo.

Noutra perspectiva, Martins e Candido (2016) realizaram um estudo com famílias negras com o objetivo de compreender as práticas educativas e a socialização de suas crianças. Foram entrevistadas 12 famílias, do estado de São Paulo, cujos pais tinham filhos com idades entre 5 e 15 anos. Os dados analisados pelas autoras indicam que as práticas educativas da maioria das famílias negras entrevistadas incluem ações que se referem às relações étnico-raciais. As ações são variadas. Alguns pais, ao perceberem que seus filhos são discriminados na escola, buscam amenizar o sofrimento deles proferindo mensagens igualitárias, incutindo neles a ideia de que todos são iguais ou utilizando critérios religiosos, como todos são filhos de Deus. Outros pais consideram importante o diálogo com os filhos para prepará-los para eventuais situações de preconceito, como uma mãe que diz:

*Falo com ela quase que todos os dias. Porque eu estou preparando ela pra um... porque... por ela ser afrodescendente eu preparo ela todos os dias pra uma possível cena de racismo, porque eu acredito que eu preparando ela, não vai chocar quando acontecer... se acontecer... não vai chocá-la, porque ela vai falar... ela vai lembrar de que aquilo infelizmente está dentro da sociedade. Isso vai ajudar pra ela lidar de uma forma mais tranquila. Então falo quase que diariamente.*

Entre as famílias negras entrevistadas por Martins e Candido (2016), muitas buscavam ensinar aos filhos o tema da diversidade e do respeito às diferenças. A estratégia de falar sobre diferenças com as crianças foi considerada muito importante pelos pais quando seus filhos ainda são bem pequenos. As autoras verificaram que os adultos introduzem esse tema em momentos estratégicos: quando passa um noticiário sobre discriminação racial; por meio

das atividades escolares; das pinturas que as crianças realizam de si; dos brinquedos que elas possuem, a exemplo de bonecas negras e outras atividades lúdicas. Além disso, há outros pais de crianças negras que levam os filhos a lugares que representam a cultura negra, para que as crianças tenham orgulho em ser negro e construam uma identidade negra positiva. Tais estratégias contam, muitas vezes, com o auxílio de outros componentes da família, como irmãos mais velhos e tios, possibilitando um maior diálogo com a criança sobre o tema.

Prestes (2013) buscou compreender os processos de resiliência em mulheres negras de diferentes gerações de uma mesma família. A pesquisa foi realizada na cidade de São Paulo, com quatro mulheres negras: a matriarca, a filha, a neta e a bisneta. No conjunto dos resultados, a autora observa que aspectos como o apoio mútuo, a resistência frente às adversidades e a herança cultural influenciam de forma positiva no processo de resiliência dessas mulheres negras. Elas buscam transmitir, entre as gerações, a importância do valor cultural e do orgulho em ser negro. Há, no contexto das entrevistadas, uma forte ligação e envolvimento com movimentos e grupos religiosos e culturais negros, bem como conversas mais abertas sobre racismo e discriminação. A bisneta, de 8 anos, conta, por exemplo, que os seus ancestrais a inspiram e que a sua mãe a leva a movimentos culturais negros (como *hip-hop*, capoeira, maracatu e shows com cantores negros) e que falam também de preconceito; para ela, isso a ajuda a entender mais sobre a negritude e até a levar as explicações para atividades escolares, que tratam da questão racial (como em uma pesquisa sobre Zumbi dos Palmares, solicitada por sua professora). Entre as entrevistadas, são compartilhadas referências de outras mulheres negras de forma positiva e essas referências são vistas como significativas para todas elas, demonstrando a forte ligação delas com as histórias positivas dos negros e como isso influencia na resiliência e nas suas estratégias de superação da discriminação.

Martins e Magalhães (2021) analisam a experiência de uma mãe negra no processo de

cuidado de seus dois filhos pequenos (um menino com um ano de idade e uma menina com quatro anos de idade), da cidade de Uberaba, Minas Gerais. A mãe, que relata já ter sido vítima de situações de racismo, preocupa-se que seus filhos venham a enfrentar também essas situações em suas vidas. Isso a faz buscar ferramentas que auxiliem na construção da identidade negra de seus filhos. Para ela, é preciso ensinar valores de ser negro, como aceitação, orgulho, autoestima e autovalorização. Uma das estratégias que ela utiliza para o ensinamento desses valores é a exposição das crianças a livros com personagens negros de forma positiva, em que eles são protagonistas na história infantil. Ao apresentar e fazer a leitura desses livros, ela diz que ensina os filhos sobre negritude e representatividade.

Parmeggiani (2016) realizou uma pesquisa com 10 pais de crianças e adolescentes negros, em idade escolar, residentes na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de compreender como eles participam na construção da identidade dos seus filhos, levando em conta as experiências de vida desses pais e o acompanhamento deles aos trabalhos escolares dos filhos, desenvolvidos no contexto da implementação da Lei 10.639/03. Verificou-se que todos os pais afirmam acompanhar a vida escolar dos seus filhos e os trabalhos escolares por eles realizados. Os pais relatam que a existência da Lei 10.639/03 é pouco mencionada nas escolas e que trabalhos sobre a cultura afro-brasileira são desenvolvidos somente no mês de novembro (mês da consciência negra), o que demonstra a pouca preocupação dessas escolas em trabalhar com o tema em todo o período escolar.

Quanto ao tipo de participação dos pais na construção da identidade dos filhos, o autor estabeleceu quatro eixos diferenciados:

1. *Participação conformista e/ou pessimista:* aqui os pais confirmam a existência de discriminação, mas afirmam para os filhos que nada vai mudar no futuro e que se preocupam com eles, mas sem esperanças de constatar mudanças de qualquer tipo nas suas vidas;

2. *Participação voltada para o incentivo dos valores liberais e princípios meritocráticos*: aqui os pais defendem e incentivam o cultivo da ordem, do esforço baseado em princípios liberais para os filhos e premiam o esforço individual, construindo o orgulho de ser afrodescendente, por alegados méritos de estudo, dando ênfase ao caráter situacional das desigualdades raciais que, supostamente, poderiam ser superadas individualmente;
3. *Participação tensionada com a escola (e outras instâncias) na construção positivada da identidade dos filhos a partir do enfrentamento de situações de racismo*: aqui os pais buscam construir uma participação positivada na construção da identidade dos filhos através do debate, do diálogo e do tensionamento com a escola, da defesa da ocupação de espaços, com a confrontação respeitosa com os professores, com a vigilância epistemológica como forma de combate ao racismo; e
4. *Participação não tensionada com a escola (e outras instâncias), mas compromissada com a construção positivada da identidade dos filhos*: aqui os pais não entram em confronto ou discussão com a escola, mas buscam, através do constante diálogo com os filhos e a partir da apresentação de outras formas socializadoras a eles, fortalecer a autoestima, incentivando-os, assim, a construir, de forma positivada, suas identidades. Nessa categoria, os pais buscam debater com os filhos notícias e programas de TV com foco na raça/etnia, criticam o modelo cultural vigente e preparam os filhos para enfrentar situações de preconceito e discriminação. O autor concluiu que, embora o enfoque dessas participações seja distinto, os pais exercem uma significativa influência na construção da identidade dos filhos.

O estudo de França et al. (2019) foi o único a realizar uma análise correlacional entre as estratégias de socialização étnico-racial dos pais e os efeitos produzidos na identidade étnico-

-racial dos filhos. A pesquisa foi realizada com 120 crianças brancas, pardas e pretas, com idades entre 5 e 13 anos, e suas respectivas mães, residentes no estado de Sergipe. A identidade étnico-racial das crianças foi analisada por meio de um roteiro de entrevista estruturado, considerando os seguintes indicadores: categorização racial/étnica, autocategorização racial/étnica e avaliação emocional da pertença. Com as mães, foi utilizado um roteiro de entrevista estruturado, com perguntas como: “Você já fez ou disse coisas para incentivar seu/sua filho(a) a apreciar as pessoas de todas as cores da pele?”, “Você já conversou com seu/sua filho(a) sobre preconceito ou discriminação contra os negros no Brasil?”, “Alguma vez você já incentivou seu/sua filho(a) a ler livros sobre a história e tradições dos negros?”, “Você já discutiu a história dos negros com ele(a)?”. As respostas a essas questões variavam numa escala de frequência de emissão do comportamento de 1 (nunca) a 5 (frequentemente).

Os resultados indicaram que as mães “às vezes” referem ou falam com os filhos sobre o grupo dos negros (cultura, diferença, discriminação), de modo que elas apresentaram baixa socialização étnico-racial. Foi observado que, entre as mães com alta escolaridade (ensino superior), havia uma maior frequência de socialização étnica comparativamente às mães com menos escolaridade (ensino médio e fundamental). Com relação ao impacto da socialização étnico-racial na identidade das crianças, notou-se que, no grupo das crianças pretas, quanto mais as suas mães falam com elas sobre racismo e destacam aspectos sobre a história e cultura do grupo, mais as crianças gostavam de ser pretas. Nas crianças brancas, o diálogo sobre raça e etnia não alterou a identidade étnico-racial. Esses dados mostram a importância de conversas sobre raça e etnia serem realizadas com todas as crianças e o importante papel que cumpre a socialização étnico-racial na construção da identidade positiva de crianças negras.

Lemos (2020) também observou, em uma amostra de 112 pais adotivos de crianças e adolescentes negros, de 3 a 17 anos, residentes em

diferentes regiões do Brasil, que entre os fatores mais importantes para uma identificação étnico-racial positiva dos filhos estavam a escolaridade dos pais e o engajamento em práticas parentais voltadas para a socialização étnico-racial. O que corrobora os achados encontrados por França et al. (2019), ou seja, à medida que os pais passam a ter mais conhecimentos sobre esses temas e mais informações sobre como abordá-los com suas crianças e jovens, há um maior engajamento na socialização étnico-racial e na busca por fortalecer a identidade negra de seus filhos.

### *Estudos com Famílias Brancas*

Nenhum dos estudos incluídos nesta revisão foi realizado exclusivamente com famílias brancas, mas dois estudos que incluem famílias brancas em sua amostra apresentam achados importantes e que apontam diferenças entre as práticas de socialização das famílias brancas e das famílias negras. Por exemplo, Cavalleiro (1988) realizou uma pesquisa em uma escola pública de educação infantil, na cidade de São Paulo, que atendia uma população de baixa renda. O estudo teve como objetivo analisar o processo de socialização e o conhecimento das diferenças étnicas no espaço escolar e familiar. A autora entrevistou crianças negras e brancas (de 4 a 6 anos), seus familiares e professores. Os resultados do estudo chamam a atenção para o silêncio sobre raça e etnia e as suas implicações na vida das crianças. A autora constatou que tanto na escola quanto nas famílias havia uma desconsideração do caráter multiétnico das crianças e do racismo que impera na sociedade. Para ela, o silêncio reforça o racismo, na medida em que não o vê como um problema a ser discutido e resolvido, e produz nas crianças negras uma sensação de insegurança, que faz com que elas não se sintam parte da escola, afetando a sua identidade, além de reforçar na criança branca um sentimento irreal de superioridade.

Cavalleiro (1988) também verificou o significado do silêncio para as diferentes famílias. A autora percebeu que, para famílias negras, o silêncio, muitas vezes, cumpre o propósito de

proteger e poupar a criança negra da dor e do sofrimento causado por encontros discriminatórios que elas viverão. Nesses casos, os pais de crianças negras buscam adiar, por um tempo, informações sobre o tema do racismo. Outros pais silenciam o assunto devido a um despreparo para o enfrentamento do problema, visto que eles também não foram inseridos nessas discussões ao longo da vida, ou seja, o silêncio também fez parte da sua socialização.

Nas famílias brancas, a autora afirma que o silêncio também pode decorrer do despreparo dessas famílias. No entanto, para a autora, o silêncio sobre raça e racismo nas famílias é diferente, e muitas vezes reflete a posição confortável das pessoas brancas diante do racismo, do qual não são alvos e nem vítimas. Sobre esse aspecto, é importante compreender a noção de branquitude e sua relação com o silêncio sobre racismo nas famílias brancas. Para Bento (2002), a branquitude é uma identidade e um lugar social de poder e de privilégios ocupado por pessoas brancas. A autora afirma que a branquitude é uma guardiã silenciosa de privilégios e, por vezes, as pessoas brancas escolhem silenciar e ignorar a própria branquitude buscando a manutenção do racismo e dos seus próprios privilégios.

Cavalleiro (1988) salienta que, apesar do silêncio, as famílias entrevistadas compreendiam que as crianças possuíam conhecimentos sobre diferenças raciais. A autora notou que pais e professores, sobretudo brancos, optavam por enviar mensagens igualitárias às crianças quando o assunto eram diferenças raciais, ou quando esses professores e pais se deparavam com situações de discriminação. Para isso, buscavam responder a essas ocorrências enfatizando para as crianças que elas eram todas iguais, por exemplo: “*Vocês são crianças iguais. Vocês são seres humanos iguais. Vocês são filhos de Deus iguais*”, “*As pessoas são todas iguais. São feitas de carne e osso*”, “*Nós somos todos iguais, se a gente cortar o dedinho o sangue sai igualzinho*”. Enquanto outros adotavam a negação da cor para a superação dos conflitos étnicos/raciais, por exemplo: “*. . . para Deus, todo mundo tem uma alma que movimenta essa nossa matéria. E, para Deus,*

*a sua alma não é preta, não é mulata, não tem cor*". A autora observou que, apesar da premissa de "todos somos iguais", na prática, havia diferenças nos tratamentos dados às crianças negras e brancas, especialmente nos elogios recebidos pelas crianças brancas e negras na escola: as crianças brancas recebiam mais elogios com as suas lições escolares. A autora concluiu que o discurso da igualdade não se concretiza diante de tratamentos tão diferentes e desiguais. Para ela, esse modo de explicar as diferenças mostrava-se ineficiente e distante da realidade cotidiana das crianças, pois na prática essa igualdade não está presente. Assim, tal discurso pode contribuir para mascarar o racismo.

Gomes (2008) buscou compreender as relações raciais no ambiente escolar do Ensino Fundamental de duas escolas municipais de Cuiabá, em Mato Grosso, com enfoque nas percepções de famílias negras e brancas acerca de ações discriminatórias que permeiam o espaço escolar e de que forma elas reagem a essas ações. Uma primeira constatação feita pela autora é a de que as famílias negras e brancas veem a questão da discriminação racial de modos diferentes. Nas famílias negras, havia um maior reconhecimento, por parte dos pais, de que seus filhos já haviam sido vítimas de discriminação racial na escola. As reações desses pais variavam diante desses acontecimentos. Alguns pais buscavam negar, pois isso causava neles e nos filhos dores emocionais profundas, e optavam, portanto, pelo silêncio. Outros pais buscavam o diálogo ou denunciavam o fato e cobravam providências da escola/professores, mas diziam que não eram ouvidos e que havia um descaso em relação ao acontecimento por parte da escola.

Nas entrevistas com os pais brancos, ela percebeu que há uma negação, por parte da maioria deles, em relação à existência da discriminação racial no Brasil, pois esses pais acreditam que as pessoas são todas iguais e que são, por essa razão, tratadas de forma igual, por exemplo:

*Eu acho que não existe esse tipo de coisa, pois nós somos todos iguais. Todos somos filhos de Deus. Eu acho que isso nunca*

*existiu. Isso é invenção de gente que não tem o que fazer. Pretinho ou branquinho, não tem ninguém melhor que ninguém. Somos todos filhos de Deus.*

A autora associa essa fala ao mito da democracia racial, ideologia que busca negar a existência do racismo no país. Ela argumenta que a recusa dos pais brancos em admitir a existência do racismo impede que esses pais enxerguem até mesmo os seus próprios preconceitos e impossibilita a promoção de uma educação antirracista para seus filhos.

### *Estudos com Famílias Inter-Raciais*

Famílias inter-raciais ou multirraciais são constituídas por pessoas de diferentes grupos étnico-raciais. O estudo de Brito (2003) analisou a socialização étnico-racial no contexto de famílias inter-raciais. A pesquisa de dissertação dessa autora culminou na produção de mais dois artigos, também incluídos nesta revisão (Brito, 2013a, 2013b). Nesses três materiais, a autora descreve os resultados de uma pesquisa realizada com sete entrevistados, pais e filhos, residentes na cidade de Franca, em São Paulo. Uma primeira observação feita pela autora é que alguns casais inter-raciais acreditam que, ao se relacionar com pessoas de raças/etnias diferentes da sua, as discriminações desaparecerão, bem como as características físicas dos filhos "mestiços" ajudarão a desaparecer o preconceito. A autora afirma que essas compreensões, na prática, não fazem o preconceito desaparecer no interior dessas famílias e, muitas vezes, os filhos "mestiços" são percebidos como negros na sociedade brasileira. Além disso, é pertinente retomar aqui a noção de ideologia do branqueamento para refletir sobre como o termo "mestiço" foi introduzido na sociedade brasileira e a maneira como o processo de mestiçagem operou para embranquecer a população e apagar as identidades negras. Quando se parte da concepção de que "as características físicas dos filhos "mestiços" ajudarão a desaparecer o preconceito", na prática, trata-se do branqueamento operando para apagar as características negras.

Brito (2003) também observou que não havia uma preocupação dos pais em preparar seus filhos para entender o racismo na sociedade e que não havia menção direta a questões relacionadas ao pertencimento racial, como se a cor da pele, diferente entre eles, não existisse. A autora destaca que, no contexto de famílias inter-raciais, por vezes, os pais se utilizam do silêncio como estratégia para evitar o conflito étnico-racial e que a elaboração de ferramentas para lidar com o racismo não é prioridade na educação dos filhos.

A pesquisa de Schucman (2018) analisou como o racismo se instaura no interior de famílias inter-raciais e afeta os laços afetivos e vínculos familiares. A autora entrevistou cinco famílias inter-raciais, incluindo pais, filhos e netos, de diferentes regiões do estado de São Paulo. Nas entrevistas realizadas pela autora, observou que, entre algumas famílias, havia pais brancos que buscavam negar a negritude dos filhos, chamando-os de morenos, morenos claros, pardos etc., com o propósito de apagamento de traços lidos como negros, como a cor da pele, o cabelo e o nariz. A negação ocorria também em relação aos ancestrais negros, não se falando sobre suas origens ou buscando-se explicações para isso (por exemplo, dizendo que poderiam ter ancestrais árabes e, por isso, ter pele escura, mas sem mencionar a origem africana).

Além disso, no estudo de Schucman (2018) alguns filhos relataram que foram vítimas de racismo por parte de familiares brancos, inclusive pelos pais, como, por exemplo, buscar o embranquecimento dos traços negroides dos filhos. Uma mãe branca relatou que, ao perceber o seu próprio racismo, tentou socializar a filha de forma positiva em relação à estética negra:

*Um dia eu quis alisar o cabelo da Dulci para deixar ela mais arrumadinha e aí eu vi que era um tipo de preferência, né? Meio racista né, eu mesma me perguntei porque só o liso é arrumado? Daí em diante, eu comecei a levar ela numa parente do Guilherme que fazia tranças e penteados para cabelos crespos.*

Esse apoio da mãe também foi observado pela filha em outras ocasiões, em que a mãe a ajudou diante de uma experiência de racismo, enfatizando para a filha aspectos positivos em relação à negritude. Essa mãe também passou a elogiar as pessoas negras que apareciam na televisão na frente dos filhos, algo que foi notado e mencionado por eles. A autora concluiu que, muitas vezes, o racismo também é reproduzido no interior das famílias inter-raciais e afeta negativamente os laços afetivos e os vínculos familiares. Por outro lado, ela demonstra que a família também pode ser um dos espaços para a promoção do antirracismo, com o desenvolvimento de estratégias de resistência, enfrentamento, acolhimento e elaboração da violência racista vivida na sociedade de forma mais ampla.

### *Estudos com Famílias Ciganas*

Dois estudos foram realizados com famílias ciganas. Cardoso (2018) buscou analisar os processos identitários e o contexto de socialização étnica entre três gerações de ciganos de etnia Calon, de um acampamento cigano no estado do Espírito Santo. A primeira geração são os idosos (com idades entre 48 e 95 anos); a segunda são os adultos (com idades entre 24 e 41 anos); e a terceira são as crianças (com idades entre 04 e 12 anos). A autora verificou que, no grupo da primeira geração, a noção de ciganidade baseava-se na história do grupo, na herança cultural dos seus antepassados, os ensinamentos aprendidos e as imagens guardadas em suas memórias. Para essa geração, ser cigano é visto como uma herança cultural aprendida e transmitida a partir da língua Caló, da lei cigana, das tradições, da vestimenta típica e da moradia em barracas. Na segunda geração, observou-se que os adultos enfatizaram a relevância que eles atribuem na transmissão cultural aos filhos, como as regras de vestimentas, respeito ao grupo, o trabalho na barganha, as leis e a língua. Na terceira geração, notou-se a importância da socialização primária para as crianças; é nesse momento que elas aprendem a língua cigana e começam a diferenciar ciganos e não-ciganos. Ao ampliar o contexto de interação, elas passam a lidar com

desafios e preconceitos, em razão da sua cultura e vestimenta, o que ocasiona dificuldade de aprendizagem e de relacionamento com os não-ciganos no ambiente escolar.

O racismo é uma violência que também está presente na vida das pessoas ciganas, manifestando-se, por exemplo, por meio do preconceito, dos olhares de desprezo e da desconfiança dos não-ciganos em relação aos ciganos. Uma jovem cigana entrevistada, por exemplo, relatou que, para evitar ser olhada com desprezo e desconfiança, se vestia como não-cigana para poder trabalhar e andar de ônibus. Um outro jovem cigano fez o seguinte relato com relação ao preconceito e à desconfiança dos não-ciganos:

*Tem pessoa que não se dá muito com os ciganos. Fica aquele clima esquisito de desconfiança, fica pensando coisas ruim da gente. Tipo assim, ah eu não vou ficar perto de cigano, porque cigano é ruim, tem uns até que pensa que a gente sabe ler mente . . . aí é muita coisa que vai acontecendo com os ciganos.*

Observa-se no estudo que situações como essas fazem com que o grupo de ciganos pesquisados também desconfie, com certa frequência, dos não-ciganos, ao promover interações e relações com eles, fazendo gerar um sentimento de que é importante não se misturar com os não-ciganos.

A autora destaca a importância dos pais na promoção do orgulho de ser cigano nas crianças, para assim elas construam sua autoconfiança, autoestima e identidade. Sobre esse aspecto, Cardoso e Bonomo (2019) se concentraram mais em analisar o papel da socialização étnica na construção da identidade cigana nas crianças (4 a 12 anos) da terceira geração. Elas observaram que a socialização étnica, por meio da promoção do orgulho étnico e da transmissão da cultura, da história e das tradições do grupo, é uma importante ferramenta para o fortalecimento e para a afirmação da identidade das crianças ciganas. Alguns relatos das crianças destacam esses aspectos da socialização, por exemplo: “*minha família é cigana, mãe ensinou eu e minha irmã ser*

*assim. Agora vou ter um irmão cigano também, minha mãe tá grávida de um menino e ele vai nascer cigano como a gente*”, “*eu gosto de ser cigano, é a tradição. Eu acho a tradição bonita da família. O povo cigano é as tradição deles.*” Como é possível observar a partir desses relatos, a socialização étnica exerce um papel importante na construção da identidade de crianças ciganas, contribuindo para o desenvolvimento de um senso positivo de pertencimento étnico. Nesse processo, as famílias aparecem como elemento central na afirmação identitária e na preservação da cultura cigana entre as diferentes gerações.

### *Estudos com Famílias Indígenas*

O estudo de Ferreira (2010) foi o único encontrado com famílias indígenas. A autora realizou uma pesquisa de campo com o Povo Indígena Tingui-Botó, no município de Feira Grande, localizado no estado de Alagoas. Por meio de uma perspectiva geracional, ela buscou analisar aspectos da história desse povo, das mudanças na percepção sobre a infância e da socialização das crianças. No estudo, a autora descreve várias facetas dessa socialização, sobretudo daquelas que tratam de elementos culturais, como a herança, a história, os valores, os costumes e as tradições desse grupo. Na socialização das crianças indígenas estudadas, é notável que as famílias e a comunidade transmitem conhecimentos da cultura indígena, a exemplo de práticas rituais (como o Toré e o Ouricuri), das vestimentas e pinturas no corpo, do conhecimento sobre a terra, o cuidado e a preservação da natureza, a história da aldeia, o significado do nome, a utilização e a continuidade da língua nativa. Nota-se uma grande importância dada pela comunidade à preservação da cultura indígena, fato que faz com que os adultos busquem transmitir os conhecimentos do grupo às crianças, como fica nítido no seguinte relato: “*o índio considerado é aquele que preserva nossa cultura, as nossas tradições, os nossos cantos linguísticos, os nossos costumes que nós vamos passando de pai para filho.*” Além desses aspectos da transmissão cultural, o estudo demonstra que temas como preconceito e racismo também surgem na socialização das crianças

indígenas, que, desde muito cedo, já percebem como os indígenas são vistos e discriminados na sociedade brasileira.

### *Estudos com Famílias Asiáticas*

Apenas um estudo foi encontrado com famílias de origem asiática-brasileira (também conhecidas como amarelas). Lask (2000) examinou como pais de crianças nipo-brasileiras (ou seja, de origem brasileira e japonesa) buscavam preservar a identidade e a língua brasileira dos seus filhos que vivem no Japão. Verificou-se que alguns pais sentem receio de que seus filhos se esqueçam da língua brasileira ou que se apeguem à cultura japonesa e não desejem retornar ao Brasil. O estudo aponta desafios que os pais enfrentam na socialização dos seus filhos, como a dificuldade das crianças em compreender a língua japonesa e as poucas experiências que permitam a elas vivenciar a cultura e a língua brasileira. No estudo, apresentam-se as principais estratégias adotadas pelos pais para a preservação da identidade e língua brasileira dos filhos. Tais estratégias incluem: inserção das crianças em associações de grupos brasileiros e nipo-brasileiros presentes no país, realização de atividades lúdicas (jogos, desenhos, brincadeiras) brasileiras, participação em escolas de samba, transmissão dos valores nacionais pelo ensino da língua, da religião e do aprendizado da história e da geografia do Brasil etc.

### **Considerações Finais**

Este trabalho teve como objetivo examinar a socialização étnico-racial nas famílias brasileiras, por meio de um estudo de revisão sistemática da literatura. Ao longo do estudo, foi possível observar que as práticas de socialização étnico-racial dos pais são variadas e, em alguns aspectos, se assemelham e se diferem conforme a composição étnico-racial das famílias.

Nas famílias negras, as práticas de socialização étnico-racial variam de acordo com o quanto os pais se sentem seguros e preparados para dialogar sobre raça e etnia com os filhos. Dentre as principais práticas dessas famílias,

estão presentes as estratégias para promover o fortalecimento da identidade étnico-racial das crianças e dos jovens. Essas práticas geralmente ocorrem por meio da promoção do orgulho étnico-racial e da elevação da autoestima, através da transmissão de informações positivas sobre o grupo dos negros, da sua cultura e história. Nas famílias negras, uma preocupação recorrente dos pais são as experiências de discriminação e preconceito contra os seus filhos e, entre eles, há os que promovem diálogos com os filhos, visando prepará-los para lidar com essas experiências. No entanto, nem todos os pais dialogam com os filhos sobre racismo. Alguns por falta de preparo, outros por insegurança sobre os impactos que essas conversas podem causar nas crianças. Em razão disso, há pais que se silenciam, enquanto outros que apostam em mensagens igualitárias.

Nas famílias brancas, os estudos apontam para uma prevalência do silêncio sobre raça e racismo. Enquanto para alguns pais o tema não é uma preocupação, outros acreditam que o racismo não é uma realidade. Os estudos revisados argumentam que a negação do racismo favorece o silêncio sobre raça e etnia e a difusão de mensagens igualitárias, por meio da ideia superficial do “somos todos iguais”. Além disso, a pouca ou nenhuma importância dada ao tema da raça e do racismo também favorece a não reflexão sobre o próprio racismo difundido nesse núcleo familiar, impossibilitando que estratégias antirracistas sejam adotadas pelas famílias brancas. No entanto, deve-se considerar que poucos estudos encontrados nessa revisão foram realizados com famílias brancas, de modo que, para uma compreensão maior sobre a socialização étnico-racial dessas famílias, novos estudos precisam ser realizados.

Nas famílias inter-raciais, os estudos revisados argumentam que o silêncio sobre raça e racismo, muitas vezes, é uma estratégia utilizada como uma forma de não trazer à tona a diversidade e as diferenças étnico-raciais existentes nesse núcleo familiar, seja por falta de preparo em lidar com o tema, por um receio de levantar um assunto que eles consideram delicado ou

desconfortável ou até mesmo por não considerarem importante. Outros estudos evidenciaram que, nessas famílias, a diversidade étnico-racial presente, por si só, não impede a propagação de mensagens racistas contra os membros negros.

Nas práticas de socialização étnico-racial das famílias ciganas, indígenas e asiáticas, observa-se uma semelhança com as das famílias negras, especialmente no que se refere aos esforços dos pais em promover uma identidade étnico-racial fortalecida das crianças e dos jovens. Nas famílias ciganas, indígenas e asiáticas, as estratégias incluem a aprendizagem de elementos culturais, herança, história, valores, costumes e tradições do grupo, bem como existem pais que buscam dialogar sobre os preconceitos e os estereótipos que os seus filhos podem enfrentar na sociedade, visando auxiliá-los sobre como lidar com essas situações. Apesar de dados tão instigantes, esses grupos são muito diversos no Brasil e foram menos investigados do que outros grupos étnico-raciais apresentados ao longo do trabalho. Nesse sentido, é preciso que os pesquisadores deem mais atenção para essas populações e que novos trabalhos também sejam realizados com foco nessas famílias.

No conjunto, as pesquisas evidenciam que o ambiente familiar desempenha um papel central na socialização étnico-racial de crianças e jovens. Para crianças e jovens pertencentes a grupos minoritários, a família tem se constituído como um espaço de proteção, fornecendo apoio, segurança e suporte emocional diante dos efeitos do racismo. Nas famílias brancas, contudo, observa-se um silenciamento sobre raça e racismo; ou seja, o tema raramente é abordado, o que contribui para a persistência do racismo e a perpetuação das desigualdades.

Um dado que chama atenção é que as práticas de socialização étnico-racial nas famílias brasileiras se assemelham com as práticas realizadas por famílias estadunidenses, que incluem a socialização cultural, a preparação para o preconceito, a promoção da desconfiança, o igualitarismo e o silêncio sobre raça e racismo. Na literatura internacional, essas práticas foram amplamente nomeadas como mensagens de so-

cialização étnico-racial, como uma forma de organizar os conteúdos mais recorrentes sobre raça e etnia que crianças e jovens aprendem. A organização desses conteúdos tem servido para compreender mais profundamente a socialização étnico-racial e analisar as consequências que cada uma das mensagens produz na vida dos indivíduos e da sociedade em geral. No contexto nacional, a nomeação do conteúdo para tratar de práticas semelhantes no Brasil pode ser um bom caminho para o desenvolvimento da área no país. Da mesma maneira, utilizar o termo “socialização étnico-racial” ajudaria a reunir melhor as evidências que tratam do mesmo fenômeno.

À nível metodológico, observou-se que a maioria dos estudos brasileiros se vale de entrevistas semiestruturadas e com amostras pequenas de participantes, fornecendo dados ricos e importantes, por vezes qualitativos, de como as famílias promovem a socialização étnico-racial. Para avançar nesse escopo, pesquisas futuras podem diversificar ainda mais o método de coleta de dados e ampliar o número da amostra nas pesquisas para compreender com maior amplitude e profundidade a socialização étnico-racial nas famílias brasileiras.

Além disso, nos estudos encontrados nesta revisão, há pouco controle sobre variáveis que podem influenciar na socialização étnico-racial dos pais, como a idade e o gênero dos filhos. Influência da idade e do gênero na socialização étnico-racial foi observada nos estudos estrangeiros. Por exemplo, os pais podem acreditar que crianças pequenas são muito novas para compreender determinados conteúdos e, por isso, podem evitar promover determinados diálogos antes da adolescência. Da mesma maneira, os pais de meninos negros podem se preocupar com a forma como os homens negros são vistos e tratados socialmente pelas lentes dos estereótipos raciais e optar por comunicar com essas crianças mais mensagens sobre preconceito e estereótipos. Estudos futuros poderiam verificar as variáveis que favorecem os pais a comunicar determinadas mensagens de socialização étnico-racial aos filhos, bem como entender, de forma mais consistente, as razões dessas escolhas.

Outra limitação identificada é que poucos estudos analisaram as implicações das práticas de socialização étnico-racial para os filhos. Na literatura brasileira, há uma escassez de estudos que analisam os impactos da socialização étnico-racial parental em aspectos fundamentais da vida de crianças e jovens, como saúde mental, identidade étnico-racial e desempenho escolar. No geral, a maioria das pesquisas examinou a perspectiva dos pais, de modo que as informações sobre como os filhos recebem as mensagens e os impactos dessa socialização neles ainda são limitadas e devem ser consideradas nos estudos futuros. Além disso, foi possível constatar que nenhum estudo objetivou realizar programas de intervenção parental. Apesar das pesquisas indicarem que existem pais que evitam falar sobre raça e etnia com os filhos por não saberem como desenvolver esses diálogos, nenhuma delas buscou fornecer aos pais essas habilidades. A proposição de programas parentais com foco na educação antirracista é um caminho promissor e importante para pesquisas futuras.

Assim como todo estudo, este trabalho também apresenta algumas limitações, particularmente no uso limitado do termo de busca nas bases de dados pesquisadas. Sabe-se que nem todos os estudos, no Brasil, utilizam os termos “socialização racial”, “socialização étnica” ou “socialização étnico-racial” para referir os processos investigados neste trabalho. Esse fato pode ter limitado o número de estudos encontrados. Todavia, acredita-se que essa limitação foi amenizada por meio da estratégia complementar utilizada na busca, isto é, a consulta realizada nas listas de referências dos trabalhos incluídos na primeira seleção. Ainda assim, sugere-se que estudos futuros utilizem novas estratégias de buscas, garantindo, desse modo, que possíveis lacunas deixadas por este trabalho sejam supridas.

Em suma, espera-se que este trabalho sirva de estímulo ao interesse de pesquisadores brasileiros pelo estudo da socialização étnico-racial e dos seus processos em contextos tão importantes na vida das crianças e dos jovens, como o ambiente familiar e a escola. Também

esperamos que os estudiosos busquem fornecer aos pais, aos professores e a outros profissionais informações e habilidades sobre como envolver crianças e jovens em conversas saudáveis, seguras e efetivas sobre raça e etnia, para que eles possam abraçar as diferenças de grupo e construir sociedades mais inclusivas e livres dos efeitos do racismo.

### **Contribuição dos autores**

Ambos os autores contribuírem igualmente na construção do projeto de pesquisa, na redação do artigo e na realização da revisão sistemática da literatura.

### **Conflitos de interesse**

Os autores declaram não haver conflito de interesses relacionado à publicação deste manuscrito.

### **Referências**

- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice* (3rd ed.). AddisonWesley.
- Amaral, R. (2001). Educar para a igualdade ou para a diversidade? A socialização e valorização da negritude em famílias negras. *Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana*, 1(2).
- Barbosa, I. M. F. (1987). Socialização e identidade racial. *Cadernos de Pesquisa*, (63), 54–55.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone, M. A. S. Bento, & E. Piza (Orgs.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25–58). Vozes.
- Brasil, S. A. (2018). *Construção de identidades, vivências de racismo e repercussões psicossociais: experiências de crianças negras em Salvador-BA* [Tese de doutorado]. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia.
- Brito, A. E. C. (2003). *Educação de mestiços em famílias inter-raciais* [Dissertação de mestrado em Educação, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório UFSCar.
- Brito, A. E. C. (2013a). Cabelo de Bombril?: Estratégias de pertencimento racial e socialização por famílias inter-raciais. *Revista Libertas*, 13,

- 102–139. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18258>
- Brito, A. E. C. (2013b). Lares negros, olhares negros: Identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. *Serviço Social em Revista*, 15, 74–102. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2013v15n2p74>
- Camilo, C., & Garrido, M. V. (2019). A revisão sistemática de literatura em psicologia: Desafios e orientações. *Análise Psicológica*, 4(XXXVII), 535–552. [10.14417/ap.1546](https://doi.org/10.14417/ap.1546)
- Cardoso, G. K. A. (2018). 'Nós somos ciganos. E você, o que é?': Processos identitários entre três gerações de ciganos calon no Estado do Espírito Santo [Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório UFES.
- Cardoso, G. K. A., & Bonomo, M. (2019). Infância Calin: Socialização étnica e identidade social entre crianças ciganas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e2222651. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222651>
- Cavaleiro, E. S. (1988). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Clark, K., & Clark, M. (1947). Racial identification and preference in Negro Children. In T. Newcomb & E. Hartley (Eds.), *Readings in social psychology* (pp. 169–178). Holt, Rinehart & Winston.
- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In S. H. Koller, M. C. P. P. Couto, & J. V. Hohendorf (Eds.), *Manual de produção científica* (pp. 55–70). Penso.
- Cunha, H. (1987). A indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola pela criança. *Cadernos de Pesquisa*, (63), 51–53.
- Domingues, P. J. (2002). Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(3), 563–600. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000300006>
- Fernandes, F. (1966). *O negro no mundo dos brancos*. Difusão Europeia do Livro.
- Ferreira, A. L. L. (2010). *Para outra geração: Um estudo de Antropologia Visual sobre crianças entre os Tingüi-Botó (AL)* [Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco]. [https://attenu.ufpe.br/bitstream/123456789/979/1/arquivo657\\_1.pdf](https://attenu.ufpe.br/bitstream/123456789/979/1/arquivo657_1.pdf)
- França, D. X., & Monteiro, M. B. (2002). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. *Psicologia: Revista da Associação Portuguesa Psicologia*, 16(2), 293–323. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v16i2.482>
- França, D. X., & Silva, K. C. (2021). *A psicologia social do desenvolvimento nas relações raciais e racismo*. Blucher.
- França, D. X., Silva, K. C., Santos, A. R., & Batista, L. S. (2019). Socialização racial/étnica materna e identidade racial/étnica dos filhos. In A. Faro, M. E. O. Lima, D. X. França, S. R. F. Enumo, & C. R. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social e Psicologia da Saúde: Tópicos atuais*. CRV.
- Gomes, M. R. L. (2008). A percepção da discriminação racial pelas lentes de famílias negras e brancas em Cuiabá – MT. *Reunião da ANPED*, Caxambu-MG. <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt21-4516-int.pdf>
- Hordge-Freeman, E. (2018). *A cor do amor: Características raciais, estigma socialização em famílias negras brasileiras*. EdUFSCar.
- Hughes, D., Rodriguez, J., Smith, E. P., Johnson, D. J., Stevenson, H. C., & Spicer, P. (2006). Parents' ethnic-racial socialization practices: A review of research and directions for future study. *Developmental Psychology*, 42(5), 747–770. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.42.5.747>
- Lask, T. (2000). Imigração brasileira no Japão: O mito da volta e a preservação da identidade. *Horizontes Antropológicos*, 6(14), 71–92. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832000001400004>
- Lemos, F. G. (2020). *Atitudes, crenças e práticas parentais e a identificação étnico-racial de crianças negras adotadas – Uma perspectiva bioecológica* [Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório UFES.
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Blucher Open Access.
- Martins, E., & Candido, R. M. (2016). Práticas educativas de famílias negras e relações étnico-raciais: Uma experiência em formação de professores. *ETD - Educação Temática Digital*, 18(3), 690–709. <https://doi.org/10.20396/etd.v18i3.8638937>

- Martins, E., & Geraldo, A. G. (2013). A influência da família no processo de escolarização e superação do preconceito racial: Um estudo com universitários negros. *Revista Psicologia Política*, 13(26), 55–73.
- Martins, S., & Magalhães, L. (2021). Vai arrumar este cabelo, neguinha! Mapeamento corporal narrado por Gabriela, mãe negra. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e200824. <https://doi.org/10.1590/interface.200824>
- Moreira-Primo, U. S. (2024). *O papel protetivo da socialização étnico-racial dos pais na identidade étnico-racial de crianças negras* [Tese de doutorado em Psicologia, Universidade Federal de Sergipe]. Repositório UFS.
- Moreira-Primo, U. S., & França, D. X. (2023, jan./jun.). Identidade racial e percepção do valor social dos grupos pelas crianças: Uma análise em termos de desenvolvimento. *Revista Zero-a-Seis*, 25(47), 271–299. <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2023.e90753>
- Moreira-Primo, U. S., & França, D. X. (2024). Socialização étnico-racial parental: Contribuições para o bem-estar e desenvolvimento de crianças e jovens. *Psicologia Argumento*, 42(116). <https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.116.AO15>
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Vozes.
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Roger Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., McGuinness, L. A., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372(71). <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Parmeggiani, M. (2016). *Socialização e Identidades Raciais em Pelotas/RS: a participação dos pais na construção da identidade dos estudantes negros na contemporaneidade* [Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Pelotas.
- Prestes, C. R. S. (2013). *Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: Transmissão psíquica e pertencimentos* [Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.
- Priest, N., Walton, J., White, F., Kowal, E., Baker, A., & Paradies, Y. (2014). Understanding the complexities of ethnic-racial socialization processes for both minority and majority groups: A 30-year systematic review. *International Journal of Intercultural Relations*, 43(Part B), 139–155. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2014.08.003>
- Schucman, L. (2018). *Famílias inter-raciais: Tensões entre cor e amor*. SciELO – EDUFBA. 10.7476/9788523219963
- Sidone, O. J. G., Haddad, E. A., & Mena-Chalco, J. P. (2016). A ciência nas regiões brasileiras: Evolução da produção e das redes de colaboração científica. *Transinformação*, 28(1), 15–32. <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>
- Editora Associada: Maria de Fátima de Souza Santos
- Recebido: 08/05/2025  
1ª revisão: 08/09/2025  
Aceite final: 25/09/2025



O(s) autor(es), 2026. Acesso aberto. Este artigo está distribuído nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que você dê crédito apropriado ao(s) autor(es) original(ais) e à fonte, fornecer um link para a licença Creative Commons e indicar se as alterações foram feitas.